

OLIVEIRA VIANNA E O LIBERALISMO POLÍTICO NO BRASIL

*José Maria de Oliveira Silva**

No prefácio ao livro de Sérgio Buarque *Raízes do Brasil* - Antônio Candido refere-se ao grande impacto causado sobre a formação da intelectualidade dos anos 30 de três obras que exprimiam cada uma a sua maneira o **radicalismo** do período. Além dessa obra de Sérgio Buarque, que refletia sobre o passado indicando novos caminhos equidistantes tanto do integralismo de direita quanto do comunismo e socialismo pregados pela esquerda, Candido destacava de Gilberto Freyre *Casa Grande e Senzala*, pela importância de sua análise das relações sociais na Colônia e do escravo na formação sócio-cultural do país, e de Caio Prado Júnior - *Formação do Brasil Contemporâneo* - que, pela primeira vez, utilizava categorias do marxismo na compreensão da história.

Ao lado destes, que traziam uma nova visão sobre o Brasil, a obra de Oliveira Vianna, segundo ele, marcada muitas vezes pelos preconceitos racistas e autoritários, já estaria superada. Esta observação, em forma de depoimento pessoal, permite recortar um momento da história das idéias no país e não dá conta, evidentemente, de outros temas presentes da obra de Oliveira Vianna. Sociólogo, jurista, antropólogo, historiador e cientista político, o escritor era natural da cidade de Saquarema, no estado do Rio de Janeiro (1883/1951).

A pretensão deste trabalho é acompanhar suas idéias no contexto político da época, suas polêmicas com os autores do momento, e de que modo

*José Maria de Oliveira Silva é professor do Departamento de Ciências Sociais/UFS. Doutor em História pela Universidade de São Paulo.

suas reflexões sobre o Estado e a Sociedade e suas teses em defesa do Autoritarismo e do Corporativismo são questionadas no presente. Nesse sentido, sua obra maior - *Instituições Políticas* - editada em 1949, servirá de parâmetro para a nossa análise.

I - A Tradição Ibérica de Dominação Política

A produção ideológica de vários ensaístas, críticos do modelo constitucional de 1891 traduz um momento de inflexão na vida intelectual do país. Pensadores como Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos, entre outros, apresentam uma dimensão comum nas suas análises - o *autoritarismo* - ângulo pelo qual suas obras podem ser analisadas. Ainda que formadores de uma *tradição de pensamento autoritário* desde a República, esses autores estimularam o desenvolvimento das ciências sociais, atuando, muitas vezes, no interior dos serviços públicos criados pela revolução de 30.

Algumas das explicações sobre a “falência” do liberalismo no Brasil, e, em outros países latino-americanos apontam como fator cultural a *tradição ibero-americana* e o *autoritarismo* como elementos estruturais da vida política. A dominação política na América Latina não seguiu, segundo esses analistas, a via liberal burguesa de hegemonia, como ocorreu na Inglaterra ou na França. Marcado pela ordem liberal excludente, não realizando a ruptura com o passado e, constituindo-se como mero instrumento de dominação de uma classe, o Estado Nacional incorpora o *patrimonialismo burocrático* que vinha do passado português.

Uma característica dessa forma de poder, que persiste a séculos na história brasileira, foi assinalada por Raymundo Faoro que descreve a onipotência do Estado e da máquina central sobre a sociedade. Segundo ele:

Sobre a sociedade, acima das classes, o aparelho político - uma camada social, comunitária embora nem sempre articulada; amorfa, muitas vezes - impera, rege e governa, em nome próprio, num círculo de comando. Esta camada muda e se renova, mas não representa a nação, sendo que, forçada pela lei do tempo, substitui moços por velhos, aptos por inaptos, num processo que cunha e nobilita os recém-vindos, imprimindo-lhes seus valores¹.

Faoro analisa o Estado como antecedendo a própria sociedade, desde o momento em que se instaura no país o sistema de sesmarias. Quando de sua

extinção, o sistema deixaria enormes propriedades sem cultivo e ao mesmo tempo lavradores e meeiros como agregados do senhor de terras. Na preservação dos interesses metropolitanos é criado um *estamento burocrático*, que se infiltra como um aparelho político nas mais diversas esferas civil e militar, administrando e governando o país em nome próprio.

A tese de Faoro sobre o patrimonialismo de Estado e a crítica ao centralismo político brasileiro retoma no presente o que já vinha sendo objeto de discussão de vários analistas do passado, conhecidos por suas posições como *americanistas*, como Tavares Bastos no Império e Manoel Bomfim na República, os quais eram unânimes em denunciar a não ruptura política após a Independência.

Na crítica liberal de Tavares Bastos à *centralização política* - propondo a revisão da Carta de 1824 - a monarquia deveria ser controlada com a supressão do Poder moderador e do Conselho de Estado, transformando o Senado de vitalício em temporário. Com isso, as províncias poderiam ter mais autonomia, as atividades econômicas liberadas e, a Monarquia tornar-se-ia "inofensiva". Na visão radical de Bomfim o Estado herdando a tradição dos dirigentes do passado, contraria os interesses nacionais e torna-se o inimigo a ser odiado pelo povo. Nesse sentido, a ruptura com a tradição do bragantismo significava para ele cortar pela raiz os males que impediam a Soberania do país, aprofundar os ideais da República através da educação popular e valorizar, por outro lado, os padrões culturais do povo brasileiro.

*Para os americanistas que viam a continuidade entre os novos Estados da política da Metrópole o atraso era decorrente da persistência dessa herança na nossa formação cultural. Contrário aos americanistas, que consideravam o iberismo sinônimo de "obscurantismo", "autoritarismo", "burocracia" no interior da vida pública e social do país, Oliveira Vianna defendia a herança ibérica e a aristocracia agrária da Colônia. O meio rural na visão dele não era necessariamente a sede da barbárie e do despotismo, mas, pelo contrário, teria criado o sedentarismo agrícola e um "novo ethos favorável à obra da paz e da civilização"*².

Sua crítica aos reformadores era uma inversão dos argumentos liberais no sentido de que era o centralismo político que permitia a liberdade dos cida-

dãos. A seu ver, a centralização monárquica do Brasil, diferente da Europa - onde agia oprimindo as liberdades locais e individuais - criava no país a possibilidade de romper com os caudilhismos e promover a cidadania. Denunciava, com isso o que chamava de doutrinário exótico dos liberais que se orientavam idealmente para a cultura política anglo-saxônica.

Apesar das divergências, havia um ponto comum entre iberistas e americanistas. como assinala Werneck Vianna no reconhecimento da necessidade de construção do Estado Nação superando o localismo. Isto porque:

Haveria, aqui, uma sociedade agrária, patrimonial, mas uma sociedade tradicional diversa da que predominava na história européia. Não vínhamos da feudalidade, nem conhecíamos as Comunas burguesas emancipadas em luta contra o poder local dos senhores de terra, assim como nos era estranho o produtor direto como indivíduo livre e proprietário de sua força de trabalho. Descendíamos diretamente do capitalismo mercantil e da ação racionalizadora de um Estado, nossas cidades foram concebidas para dominar o campo, e nossos sistemas produtivos foram implantados sob o estatuto do trabalho servil ou escravo, imposto por elites militarizados a povos de origem diversa da sua³.

Certos fatores como formação patrimonial e não feudal do Estado, a influência da mentalidade familiar não distinguindo o domínio público do privado, o sistema administrativo penetrado pelas relações pessoais são vistos pelos americanistas como os traços fundamentais da cultura transplantada da Europa e que mantinham o país no atraso e no despotismo.

A obra de Sérgio Buarque, já citada, permite compreender melhor o tipo de cultura transferido para cá e como se deu a dominação política. Certos traços do colonizador são conhecidos: o predomínio de uma *ética de aventura* ao invés de uma *ética do trabalho* e a forma característica da exploração baseada no trabalho escravo, monocultura e grande propriedade. Outros, como a ausência de um Estado burocrático racional (legal) próprio das sociedades capitalistas européias e a dualidade entre "cordialidade" e "civilidade" explicitam ainda mais o tipo de colonização realizado pelo português: espírito aventureiro, sem um caráter metódico e racional, e, durante muito tempo o predomínio do rural sobre o urbano.

Isto teria gerado o desenvolvimento extremado da "cultura da personalidade", a valorização do indivíduo independente e como consequência direta o *patriarcalismo autoritário*, o enfraquecimento do princípio de hierarquia e das formas de organização solidárias. A tendência marcante em que "em terra onde todos são barões não é possível um acordo coletivo durável, a não ser por força exterior respeitável e temida"⁴, gerou também o tipo de obediência cega que transfere para a esfera pública o que deveria ser da esfera doméstica. Está presente também a forma de ser do brasileiro ("lhaneza no trato, hospitalidade, generosidade") que transposta para a política torna-se um empecilho à modernidade, impossibilitando a criação de normas impessoais e racionais.

Desvendando a natureza do "cordialismo" na vida pública do país, a obra de Sérgio Buarque faz a crítica do liberalismo tradicional (*liberalismo de fachada - ou do senhor de escravo bonzinho*) mostrando a impossibilidade de criação do regime democrático-liberal enquanto persistir um tipo de cultura política voltada para o "cordialismo". Para ele, somente com o fim das raízes ibéricas, com o fim do caudilhismo, dos personalismos da velha ordem patriarcal, é que a sociedade poderia caminhar no sentido democrático.

No entanto, diferente da história europeia, o fracasso da burguesia nacional como ator político no interior do Estado e a natureza do desenvolvimento e modernização do capitalismo liderado pelos proprietários de escravos e de terras, tem se constituído no dilema do próprio liberalismo. Para alguns, como procurou analisar Oliveira Vianna a partir dos anos vinte, o dilema do liberalismo decorre da inexistência da sociedade liberal - e sem ela não há sistema político liberal - para outros, a inviabilidade histórica de implementação de uma ordem liberal decorreu da falta de um projeto liberal que viesse monopolizar ideologicamente os três pilares constituintes daquela ordem: organização militar, o sistema educacional e a burocracia pública⁵.

No caso do Brasil, a especificidade do liberalismo - que no seu início foi um instrumento de luta contra a metrópole e o sistema colonial - apresentou outras contradições diferentes do contexto europeu. Se lá, os liberais tinham em mente combater os privilégios da nobreza e do clero, destruindo o aparato do Estado absolutista que garantia tais situações, aqui, o foco das contra-

dições num primeiro momento deu-se com a elite agrária que, ao chegar ao poder através da fraseologia liberal, não mudou a estrutura colonial e escravista. Com isso, após a Independência cria-se um sistema de dominação diferente do liberalismo, devido ao seu caráter elitista e antidemocrático, baseado na clientela e na patronagem.

Num segundo momento, início do século 20, com a emergência tardia da revolução industrial brasileira, a retórica liberal dará lugar à uma prática conservadora e corporativista que culmina no Estado Novo. Nesse sentido, o Brasil tem sido um país de longa tradição autoritária, com um Estado patrimonial, centralizador e autoritário e a República unira o que havia de pior, combinando o liberalismo tradicional de um lado e o patriotismo burocrático e ineficiente do outro⁶.

II - A República Liberal e a Modernidade

A maioria dos intelectuais brasileiros, seduzidos pelo progresso e a civilização das nações adiantadas e deslumbrados pelos "prodígios da indústria" ou pelas "magias da ciência" - como falava Euclides da Cunha no início deste século - achavam que a nova ordem política instaurada com a República devia representar, sobretudo, uma ruptura com o passado. Com isso, esses intelectuais, passam a se preocupar com as razões do "atraso" e com a elaboração de teorias que explicitassem a sua superação.

Para os seguidores de um *positivismo ortodoxo*, o atraso brasileiro era devido a má formação do povo, ao seu despreparo intelectual, ao analfabetismo, como também a sua inferioridade racial. Atraindo para suas idéias boa parte da intelectualidade, os positivistas ensinavam que o povo era incapaz e despreparado para a cidadania e, que somente uma elite de sábios que viesse a governar o país poderia promover o progresso econômico. Seguiam, de certo modo, o lema comtiano: a Ordem por base e o Progresso por meta.

Mesmo para outros intelectuais, críticos do positivismo como Silvio Romero, o progresso capitalista era necessário para substituir a "anarquia" social. Países como o Brasil, dizia, de mestiços, negros e mulatos na sua maioria, eram povos mal formados e que viviam em constantes desordens, corrupções, anarquias, e só teriam a ganhar com a instalação de um governo forte e "civilizador".

Além dos positivistas, que pensavam em exercer a tutela da nação, havia nos inícios da República o embate de duas outras correntes ideológicas no

campo do liberalismo: uma adepta do liberalismo federalista, agregando políticos paulistas e Alberto Salles: outra, que se inspirava na visão rousseauniana do pacto social, sob a liderança de Silva Jardim, Joaquim Serra e Lopes Trovão.

Por outro lado, havia por parte da classe dirigente do país, desde fins do século XIX, um temor real em relação ao enorme número de pessoas que transitava na extrema miséria. Fora da sociedade política no Império e na República a grande maioria da população constituída de pobres, mendigos, mulheres, discriminados no seus direitos civis e sociais pela Constituição. Nas cidades essa ameaça das "classes perigosas" aparecia nas levas de forasteiros, desempregados, negros libertos, ladrões, prostitutas, jogadores, bêbados, que viviam amontoados nos cortiços ou nas ruas⁷.

Do ponto de vista ideológico, a classe dirigente associava o trabalho ao conceito de honra e à idéia de progresso. Um dos setores que mais exaltou as virtudes do trabalho foi a Igreja que relacionava o ócio ao paganismo e a heresia, destacando o progresso como fruto do trabalho e do talento. Assim, os que não tinham uma ocupação definida eram considerados "vagabundos", "vadios" e estavam sujeitos à severas punições.

Eram frequentes, nesse contexto, as queixas dos fazendeiros contra a indolência do trabalhador brasileiro, contra o desperdício de tempo do trabalhador escravo e o desenvolvimento de novas formas opressivas de dominação e controle. Nesse sentido, as várias práticas autônomas dos trabalhadores livres e escravos, como ócio, furtos, assassinatos de patrões e feitores, prescritos como crimes, tornam-se momentos de luta e de auto-organização contra o avanço do capitalismo⁸. Obrigando as populações sertanejas a cumprirem um contrato de trabalho, os fazendeiros reivindicavam a proibição do deslocamento dos trabalhadores de um local para o outro, a não ser com a sua autorização. Também, para aperfeiçoar a disciplina ao trabalho capitalista passou-se a reivindicar escolas com função de formar profissionais para a direção dos estabelecimentos agrícolas.

Nas fazendas de cana, a tecnologia implantada para aperfeiçoar a qualidade do açúcar, já desde meados do século XIX, tinha apropriado os saberes

e o próprio controle técnico exercido pelo trabalhador no fabrico. A turbina centrífuga - que realizava a tarefa de purgagem com rapidez - e a caldeira de vácuo, que permitia registrar com precisão o ponto de cozimento do mel, aumentavam o poder dos senhores de engenho sobre os trabalhadores técnicos.

As elites políticas e culturais, na sua maioria, destacavam somente o que era aparente com a ideologia do progresso e a valorização do trabalho (e não do trabalhador). Ao mesmo tempo que falavam em "progresso", "modernização", "indústria", fechavam os olhos aos problemas acarretados pelo desemprego, pela jornada de trabalho excessiva, pelas greves operárias, pela violência policial, pelo emprego de mulheres e crianças nas fábricas e outros problemas decorrentes da industrialização do país.

A direção imposta pelo Estado - excluindo as classes populares do acesso ao poder - e através da sobreposição da modernidade à escravidão, uniu setores liberais e conservadores na construção do Estado nacional. Não ocorrendo disputa ou conflito com os setores mais atrasados da economia, as oligarquias, aos poucos, se acomodam no poder da República e vão se aburguesando. Havia um consenso entre as oligarquias dissidentes e situacionistas (embora não explícito) sobre o perigo que representava o emprego da força armada como forma de resolução das suas dissensões no plano nacional, pois temiam que a violência empregada no âmbito nacional pudesse escapar de suas mãos e ser colocada a serviço da luta anti-oligárquica.

A luta pelo poder era travada, então, através do pleito eleitoral. As massas rurais com o voto consolidavam a dominação política das oligarquias rurais. Estas, através do autoritarismo e da cooptação conseguem atualizar a sua prática política, assimilar a modernização, sem destruir as bases de sua dominação. As ligações estabelecidas entre a população rural e os proprietários constituem-se em forte obstáculo à transformação da estrutura agrária. Através de um sistema de reciprocidade entre os chefes locais e o poder público, o "coronel" detém o poder em todos os assuntos relativos ao município. Segundo Victor Nunes Leal:

...de um lado, os chefes municipais e os "coronéis" que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burro; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, os empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça⁹.

Além do uso do voto de cabresto, o privatismo do poder pelos coronéis geraria ainda outros fenômenos políticos, como o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto; e por extensão, a desorganização dos serviços públicos locais. Como no oriente - na análise de Marx sobre a sociedade asiática - o município vivia estagnado dependendo financeiramente do poder central para implantar suas políticas públicas, imutável, e era incapaz de transformar-se a partir de dentro. Com isso, a possibilidade de reforma do sistema político pelas oligarquias eram limitadas. As dissidências oligárquicas procuravam democratizar o sistema político apenas na medida necessária para a ampliação de suas possibilidades de ascensão ao poder.

Nos anos vinte, como movimento político pregava a aplicação da Constituição de 1891, o respeito à soberania popular e o equilíbrio e separação dos poderes com a instalação de um governo acima dos interesses classistas, as revoltas tenentistas - apesar de agruparem em seu meio tendências distintas - utilizam em escala nacional a força armada contra o poder central. À medida que, transcorre a década de vinte, uma ala do tenentismo radicaliza progressivamente as suas posições, tendendo a defender um Estado industrializante e interventor, orientado por princípios nacionalistas e reformistas. Outra ala, majoritária, cultuaria ainda o *liberalismo oligárquico*, fundado na crítica à imoralidade dos costumes políticos, à corrupção e ao menosprezo do Estado liberal pela vontade coletiva. Para as elites agrárias e setores médios tradicionais a democracia restringia-se aos "homens cultos" e aos "homens de bem".

Enquanto o liberalismo crítico desse período denunciava o distanciamento entre as fórmulas liberais e a sua prática, os sistemas de clientela política e patronagem, a marginalização de amplos setores da população, o pensamento autoritário procura mostrar a impossibilidade de um Estado Nacional e de um processo evolutivo normal em face à essa situação política. A percepção da sociedade civil como uma *massa amorfa, invertebrada, sem contornos definidos* está presente no pensamento autoritário, e em especial, em Oliveira Vianna nos seus ensaios histórico-sociológicos. Ao destacar a inadequação das leis no processo político do país, o distanciamento entre o "país legal" e o "país real", Vianna mostrava os riscos da anarquia e do despotismo surgirem das tentativas de implementação do liberalismo europeu em solo nacional. A política, na sua visão instrumental, deveria dar lugar aos órgãos técnicos, ao parlamento e à administração. Acima dessa estrutura um

poder executivo forte que viesse combater o facciocismo e a política de clã existente no país¹⁰. Ao Estado, por outro lado, cabia organizar a Nação, pois, faltava ao povo um "Substratum moral", qualidades cívicas e sentimentos de hierarquia, autoridade, respeito à lei. Na ausência dessas tradições e das qualidades de "animal político", o povo brasileiro tornava-se incapaz de dirigir o país. Havia uma contradição, segundo ele, entre o liberalismo constitucional e sua prática.

Desde 1920, ao mostrar que não existe um sistema político liberal sem uma sociedade liberal correspondente, defende a adoção de um sistema político autoritário, como solução "mais rápida" para a realização de determinadas mudanças. O autoritarismo é visto como uma alternativa política transitória numa sociedade basicamente oligárquica, a qual necessita de reformas políticas, sociais e econômicas para se constituir num Estado liberal. A descrença de Oliveira Vianna quanto à solução liberal vinha da compreensão de que as populações rurais, base do eleitorado nacional, não tinham adquirido ainda hábitos democráticos por estarem subordinadas à autoridade onipotente dos donos das terras. A figura do cidadão era irreal, por mais que houvesse reformas na legislação eleitoral ampliando o sufrágio, elas não reverteriam o quadro existente. Sem possibilidades de constituir um sistema de representação num meio rural dominado pelas relações de dependência pessoal, o atraso social do "povo-massa" só seria vencido com uma ordenação corporativa, negadora dos conflitos de classe, e desempenhando uma função necessária para o bem do conjunto.

O mecanismo institucional criado após a Revolução de 1930 refletia na prática isso. Estabelecia uma articulação entre as interventorias e os departamentos administrativos unindo, por outro lado, as oligarquias aos Ministérios e à presidência da República. Esta política permitiu, ainda, que Getúlio criasse durante o Estado Novo o PSD, formado basicamente pela absorção das interventorias e respectivas bases municipais, articuladas com os ramos estaduais do serviço administrativo. Segundo Campello de Souza:

O Executivo Federal nomeava para a chefia dos governos estaduais indivíduos que, embora nativos do Estado e identificados em suas perspectivas ideológicas aos grupos dominantes, eram ao mesmo tempo "marginais" à vida partidária estadual (...). Assim, o interventor, embora ligado à elite estadual, não devia a ela sua permanência no controle do estado e sim ao beneplácito do Executivo Federal¹¹.

Para Bolivar Lamounier a postura ideológica de Oliveira Vianna se enquadra numa visão de um autoritarismo pragmático - modelo que ele denomina de Autoritarismo esclarecido - que está presente na obra de outros intelectuais autoritários dos anos 30 críticos do liberalismo constitucional. Estará presente também numa vertente do pensamento autoritário após 64 que adotaria uma postura semelhante¹².

As alianças posteriores entre o PSD e o PTB - estruturados pela absorção das clientelas urbanas, sindicalizadas ou cobertas pelas instituições previdenciárias através da ação do Ministério do Trabalho - representando o primeiro, o mundo do coronelismo, o segundo, o populismo urbano, abriam caminho para o domínio amplo das eleições presidenciais e o controle da máquina burocrática do Estado com a conquista da maioria parlamentar no Congresso Nacional. Numa análise sobre a origem dos dois partidos - basicamente clientelistas - afirma Schwartzman:

Terminado o Estado Novo, os inventores nos estados e seus prefeitos nomeados se reuniram para dar forma ao Partido Social Democrático, enquanto os burocratas do sindicalismo e do sistema previdenciário oficiais formavam o Partido Trabalhista Brasileiro. Cada qual à sua maneira, estes foram partidos de "posições", partidos de governo, que funcionavam combinando recursos do poder com capacidade de cooptar as lideranças locais e sindicais ascendentes¹³.

A harmonização de interesses conflituais, mas não antagônicos das elites é dada pela conservação das estruturas agrárias e a manutenção dos latifúndios. O sistema de dominação, como no passado, se impõe através de uma "outorga" de favores e em lugar de engendrar conflitos, engendra um sistema de lealdades. Como dependiam da companhia do poder, aqueles partidos se desagregavam quando perdiam o controle do Estado.

As mudanças ocorridas posteriormente com o crescimento urbano, industrial e educacional do país, colocam em xeque o modelo de representação política no Brasil e o Estado marcadamente cooptativo, controlado de cima para baixo pela aliança PTB e PSB. Essa cooptação política acaba debilitando a representação de interesses no sentido clássico do modelo euro-

peu. Além da UDN - União Democrática Nacional - vários setores como classe média, intelectuais marginalizados do sistema pessedista dominante e militares, críticos do clientelismo e da ineficiência do Estado, fazem oposição a Vargas. O afastamento de Getúlio, entretanto, não trouxe a estabilidade política esperada; nem o fortalecimento do sistema democrático. Continuaram a predominar na vida política do país os mesmos "vícios" do sistema anterior - clientelismo e formação de partidos de clãs - que davam razão a Oliveira Vianna sobre a nossa cultura política.

III - Uma leitura das Instituições Políticas

Dizendo-se pragmático em política, Oliveira Vianna, que ocupa o cargo de consultor jurídico do Ministério do Trabalho nos anos de 1932 à 1940, publica sua obra principal - *Instituições Políticas Brasileiras* - em 1949, defendendo nela a velha tese sobre a nossa cultura política: a de que o sistema democrático não pertencia a nossa realidade, era uma "flor exótica" que não combinava com o nosso clima¹⁴. Desde a Independência e o Império, as idéias exóticas, segundo ele, - parlamentarismo, liberalismo, constitucionalismo, federalismo, e propostas republicanas - penetravam no país. A sociedade, entretanto, era indiferente aos desejos das elites liberais: não era nem monarquista, nem republicana e, por isso, todas as tentativas de liberdade - autonomia das províncias, sufrágio direto e universal, governo dos partidos, Parlamento - falharam devido à nossa cultura política. Para Oliveira Vianna o erro dos reformadores foi querer transplantar para aqui uma democracia de tipo inglês num cenário rudimentar. A mentalidade tradicional fundada no espírito de clã era impermeável à ação dos reformadores. Segundo ele:

É um ideal absolutamente inatingível, pura utopia, mas, há cem anos entretanto, esses reformadores políticos o têm tomado como o motivo obcecante de sua ação política - o que nos tem custado algumas revoluções, um pouco de sangue generoso de muitos jovens sonhadores e um regime permanente de inquietações e insatisfações políticas, que azedaram e azedarão nossa existência pelos tempos afora. Porque sejam quais forem as combinações e arranjos constitucionais que engenharem, seja qual for a pregação dos novos Rui do futuro, estaremos condenados a jamais a ser ingleses...¹⁵.

Um outro aspecto é que, ao contrário do contexto europeu onde se desenvolveu o "espírito público municipal", quando da formação das aldeias agrárias, a nossa população rural, durante mais de 300 anos, não fora educada para vivenciar o espírito democrático, ficando subordinada à autoridade onipotente do senhor de engenho e dos fazendeiros.

No primeiro volume das *Instituições* Oliveira Vianna retomava o estudo das elites. O livro, como destaca Francisco Iglesias, teve grande repercussão no país quando do seu lançamento, consolidando o seu trajeto de intelectual. Lembra, ainda Iglesias que Oliveira Vianna sendo adepto de uma metodologia científica, irá utilizar várias páginas do primeiro ao terceiro capítulo para descrever e analisar conceitos¹⁶. Assim, expõe, inicialmente os vários métodos utilizados pelas ciências jurídicas e sociais para a análise da sociedade: histórico, comparativo, filosófico, experimental, biológico, sociológico, psicológico e o jurídico ou legístico. Através do emprego desses métodos, seria possível estudar os fatos objetivamente.

É importante ressaltar que, embora não dê ênfase excessiva, como nos livros anteriores, aos aspectos biológicos/raciais, conceitua os fatores da civilização como decorrentes de uma somatória de características que englobava a Raça + Meio Social + Cultura. Sua intenção era ultrapassar as teorias explicativas monocausais sobre o país:

Em suma, o quadro clássico dos "fatores da Civilização e da História" está restaurado. Em vez de uma causa única - meio só (Buckle), ou raça só (Lapouge), ou cultura só (Spengler, Frobenius, Boas) - a ciência confessa que tudo se encaminha para uma explicação múltipla, eclética, conciliadora: Raça + Meio + Cultura. Com esses elementos é que está recompondo o quadro moderno dos "fatores da Civilização"¹⁷.

Desse modo, suas teorias e explicações que predominavam nos livros anteriores baseadas nas idéias de Buckle e Huntington sobre o meio físico, ou ainda de Gobineau, Lapouge, Chamberlain, Woltmann sobre a Raça, agora são vistas como ultrapassadas. No entanto, elas continuam implícitas quando de sua análise sobre a formação da *elite nacional*. Descrevendo a sua formação a partir de 1822, enfatizava as causas "genéticas" como fundamentais para a compreensão da elite nacional: " 1º. a gestação no seio do povo - por força de hereditariedades eugênicas combinadas - de individuali-

dades superiores, dotadas organicamente, constitucionalmente de espírito público e de "espírito de serviço". 2º - O mecanismo seletivo que o Império organizou, permitindo a fixação destes homens superiores no serviço permanente do país"¹⁸.

Estes "homens superiores" tinham uma cultura política diferente do "povo rude e analfabeto", constituíam uma elite ("Os homens de 1.000") e no tempo de D. Pedro II se fixavam na administração do país, no Senado, nos cargos ministeriais, no Conselho do Estado. Preocupa-o como cientista social estudar o homem através de seus comportamentos, empregando para isso, uma enorme gama de teorias psicológicas, antropológicas e psicanalíticas. Critica a visão reducionista da cultura - exposta por autores como Spengler e Frobenius - que não permitia captar a ação dos grandes homens, os quais sendo minoria, não obedecem aos padrões culturais, aos usos, aos costumes de seu grupo humano.

Na sua perspectiva o sistema de sesmarias implantado com a colonização dispersara a população gerando o individualismo, o apoliticismo da plebe e, ao mesmo tempo, que constituíam a *aristocracia dos "homens bons" no país*. Fora do espaço político, o "povo-massa" denominados por Oliveira Vianna, ainda, de "pés descalços", ou como a "multidão de plebeus sem terra", como "patuléia", como "cabrada belicosa e agressiva". Tais figuras eram extremamente submissas ao poder dos senhores rurais e impermeáveis aos interesses nacionais coletivos. Essa visão de um povo deformado e a existência de uma aristocracia rural de qualidades ariânicas tem sido enfatizada pelos críticos como decorrentes da ideologia racista e de posturas antropológicamente absurdas do Autor¹⁹.

Do ponto de vista psicológico havia um descompasso entre os usos, tradições, costumes e os regimes democráticos. A tendência antiurbana, característico de nossa formação social produziu um traço cultural marcante - o individualismo extremado - maior do que outros povos da América Latina, que conheceram formas de exploração comunitárias da terra. Em consequência, emerge desse "complexo cultural", notadamente a partir do Império, uma estrutura política exclusivamente dominada pelos clãs: "feudais", "parentais", "eleitorais" que se enraizaram ao longo do tempo na vida pública do país. Não se constituem partidos, mas "clãs eleitorais". Não há cidadãos como nos países democráticos, mas "povo-massa". Daí a necessidade de um governo autoritário, que se situe acima dos localismos e

partidarismos políticos para o enfrentamento com o que havia de pior na organização de uma ordem política no país: o facciosismo, o personalismo, o partidarismo, o caudilhismo. Estes elementos estão presentes nas figuras típicas do mundo rural: no oligarca, no coronel, no político profissional, no capanga, no eleitor de cabresto, etc.²⁰.

Suas críticas ao sistema representativo, aos políticos, aos partidos tem sido objeto de reflexão de analistas de sua obra a partir dos anos 70. Para alguns, como Willian Howes, o aspecto central da obra de Oliveira Vianna centra-se no dilema da reforma do mundo rural, com seus clãs, a falta de solidariedade em face de propostas voltadas para as reformas técnicas, para os mecanismos de expressão da opinião pública e reforma do Estado. Para outros, como Bolívia Lamounier a dimensão ideológica de Oliveira Vianna orienta-se em direção à uma ideologia do Estado, que valoriza o domínio deste sobre o mercado e a sociedade²¹.

IV - Conclusões

A releitura de Oliveira Vianna - que desde os anos vinte tem marcado a ciência social - apresenta características bem diversas quanto mais nos aproximamos da atualidade. Seu arianismo, presente sobretudo nas primeiras obras, já tinha sido contestado nos anos 20 e 30 por ensaístas como Manoel Bomfim e Gilberto Freyre. O primeiro criticava em Oliveira Vianna o consumidor de teorias sobre inferioridade racial, européias e como o Autor que fazia etnografia para satisfazer aos brasileiros 'afidalgados'; o segundo, menos radical, afirmava a inconsistência da Raça como elemento de análise da formação social brasileira, apontando a miscigenação como característica nacional.

No entanto, é sobretudo nos anos seguintes - quando o país atravessa o período do Estado Novo e a ideologia autoritária tem larga aceitação nos meios intelectuais, e no período pós 64, fundado no objetivismo tecnocrático e autoritarismo na resolução do conflito social - é que a sua obra desperta maior interesse por parte da intelectualidade.

Nos dias atuais, os cientistas sociais relêem Oliveira Vianna com uma preocupação não só de questionar a presença do autoritarismo na vida política do país e, para alguns essa presença não se esgotou com as mudanças recentes de abertura política, mas também, como um interlocutor sobre a nossa cultura política. Como indaga Lúcia Lippi:

*A falta de confiança nos políticos, no parlamento, a denúncia de que representam interesses particulares de grupos ou os seus próprios se instalam novamente. A cada novo plano que não dá certo volta-se a perguntar: foram as massas que não souberam se adaptar, se livrar das "culturas inflacionárias"? Foram as elites, os empresários, que não conseguiram ver além de seus interesses de lucro imediato e fácil? Foram os tecnocratas que, aplicando as últimas idéias importadas, elaboraram planos abstratos sem conexão com a vida do povo?*²².

O pensamento conservador de Oliveira Vianna - fundado numa visão orgânico -corporativa da sociedade, com denúncias sobre as elites idealistas e o atraso social do povo-massa, traz para o presente um conjunto de questões ainda não completamente esclarecidos sobre as nossas raízes culturais e o nosso futuro. O confronto com suas idéias, bem como a crítica radical aos pressupostos de teses corporativistas e autoritárias, tendo em vista criar uma mentalidade moderna e democrática sobre a vida pública que rompa com o passado, abre-se com uma nova preocupação no âmbito das ciências sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) FAORO, Raimundo. **Os donos do poder. Formação do patronato brasileiro**. 2.ed. Porto Alegre/São Paulo : EDUSP, vol. 2, p. 737.
- (2) VIANNA, Luiz Werneck. "Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos". Dados. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.34, nº 2, 1991. p. 164.
- (3) Idem, p. 149.
- (4) HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Prefácio de Antônio Cândido, 9 ed. RJ: J. Olímpio, 1976. Ver também o artigo de: AVELINO FILHO, George. "Cordialidade e civilidade em raízes do Brasil". **Revista Brasileira de Ciências Sociais da ANPOCS**. SP, nº12, vol. 5, fev. 1990. pp. 5-14.
- (5) SANTOS, Wanderley F. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo : Duas Cidades, 1978 (coleção História e Sociedade)
- (6) COSTA, Emília Viotti da. "Liberalismo brasileiro, uma ideologia de tantas caras". **Folhetim**, 24 de fev.1985. pp. 6-9. SCHWARTZMAN, Simon. **As bases do autoritarismo brasileiro**. RJ: CAMPUS, 1982. Para algumas considerações a seguir, ver: SILVA, José Maria de O. "Da educação à revolução. Radicalismo republicano em Manoel Bomfim". **Dissertação de Mestrado em História Social**. FFLCH, USP, SP, 1991. p.72.
- (7) CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo**. RJ : Paz e Terra, 1986, p. 40. CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não foi**. 3 ed, SP : Cia das Letras, 1987.
- (8) BARREIRO, José Carlos. "Instituições, Trabalho e Luta de Classes no Brasil do Século XIX". **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.7, nº 14,mar/ago.87. pp.131-147.
- (9) LEAL, Victor Nunes. RJ, **Revista Forense S.A.** 1948. pp.25-26.
- (10) VIANNA, Oliveira. **Problemas de política objetiva**. São Paulo : Cia Ed. Nacional, 1930.
- (11) SOUZA, Maria do Carmo Campello de. "A Democracia Populista (1945/1964): Bases e Limites". In: ROUQUIE, A. e outros (org.). **Como renascem as democracias**. São Paulo : Brasiliense, 1985. p. 86.
- (12) SANTOS, Wanderley G. **Obra citada**, p. 103. LAMOUNIER, Bolivar. "Formação de um pensamento político autoritário na primeira República: uma interpretação". In: HGC.B. Tomo III. O Brasil Republicano. vol. 2, In: **Sociedade e Instituições (1889-1930)**. SP: DIFEL, 1978. pp. 343-374.
- (13) SCHWARTZMAN, S. **op. cit.** p.122.
- (14) PAIM, Antonio. "Oliveira Vianna e o pensamento autoritário no Brasil". In: VIANNA, O. **Instituições políticas brasileiras**. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo; Niterói, RJ : Ed. da Universidade Fluminense, 1987. p.180.
- (15) VIANNA, O. **Instituições políticas brasileiras**. Idem v.2, p.124.
- (16) IGLESIAS, Francisco. "Leitura historiográfica de Oliveira Vianna". In: BASTOS, Élide Rugai e MORAES, João Quartim (orgs.) **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas : Editora da UNICAMP, 1993. pp.313-349
- (17) VIANNA, O. **op. cit.** v.1, p. 59.
- (18) **idem.** v.1, p.297.
- (19) **idem.** v.1, p. 235. Na crítica a visão racista de Vianna, vide: SODRÉ, Nelson Werneck. **Orientações do pensamento brasileiro**. RJ : Vechi, 1942. pp. 59-72; LEITE, Dante Moreira. **O caráter Nacional Brasileiro**. 3 ed. SP : Pioneira, 1976 (1954).
- (20) **idem.** v.1, p. 150.
- (21) OLIVEIRA, Lucia Lippi. "Uma Leitura das Leituras de Oliveira Vianna". In: BASTOS, Élide R. e MORAES, João Q. (orgs.) **idem.** p.256.
- (22) **idem.** p. 26.